



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

A VERDADEIRA PAZ

"E sendo o desenvolvimento e a justiça os dois fins mesmos de nossa ordem econômica e social, quero hoje, neste "Dia do Trabalho", falar a todos também dessa justiça social, que sem ela o desenvolvimento poderá ser instável, enganador e até desumano, pois a verdadeira paz é feita da substância da justiça."

TRABALHADORES de meu país.

Sempre que falo à Nação, busco convocar todas as consciências para o grande esforço de realização do objetivo fundamental de meu governo, que é o de acelerar e antecipar o desenvolvimento brasileiro, sem o qual a justiça social não pode prosperar.

E sendo o desenvolvimento e a justiça os dois fins mesmos de nossa ordem econômica e social, quero hoje, neste "Dia do Trabalho", falar a todos também dessa justiça social, que sem ela o desenvolvimento poderá ser instável, enganador e até desumano, pois a verdadeira paz é feita da substância da justiça.

Já vai longe o tempo em que a linguagem de falar ao trabalhador era a linguagem paternalista. Tudo se dava, tudo se prometia, sem se medirem as conseqüências. Deputado, Ministro ou Presidente, dispunham todos, inconseqüentes, da Fazenda Pública e sacavam contra o futuro, em nome de um presente assegurado, de interesses eleitorais atendidos e de rendosa e reprodutiva imagem popular.

Presidente, Ministro ou Deputado, noutros primeiros de maio já distantes, todos cortejavam o trabalhador, oferecendo-lhe o que a Nação não tinha e não podia dar.

Esse paternalismo inspirou a mentalidade contemplativa e apassivada de esperar as graças imediatistas do Governo. Tudo deveria vir exclusivamente dele: o emprego, o abono e o aumento; a casa e a promoção; a previdência e o transporte; recreação, aposentadoria, pensão, e até mesmo outros meses de salário.

E tudo deveria vir de mão beijada, sem a contraparte e a correspondência de deveres e obrigações, de contribuições, esforços e poupanças individuais; tudo o que em verdade era às vezes a grande mentira agradável, o grande engodo, agravando os problemas do amanhã de cada um.

Essa mentalidade paternalista inspirou o vício do empreguismo governamental — renovado sempre a cada eleição — fez mais forte a ineficiência burocrática e tornou bastante instável o surto do desenvolvimento.

Não me canso de dizer que o Brasil fala hoje a linguagem da verdade: paga-se o preço real de cada serviço e prova-se que cumprir o orçamento da República é questão primária de sobrevivência, como a própria sobrevivência do orçamento familiar.

Amadurecido, sofrido e realista, o trabalhador brasileiro é hoje menos espectador e mais participante. O trabalhador distingue agora o possível do impossível, mede a distância entre a verdade e a demagogia e, acima de tudo, compreende a relevância de seu papel na construção de uma sociedade democrática.

Graças a esse amadurecimento, graças a essa nova consciência e, fundamentalmente, a essa participação, logramos os bons resultados de nossa recuperação econômica, surpreendendo o mundo o

termos encontrado o passo e o ritmo responsável do progresso.

Atentos aos imperativos do desenvolvimento, não acenaremos ao trabalhador vantagens ilusórias, passageiras, descabidas, que sirvam só um pouco a cada um, e prejudiquem, isto sim, o bem de todos, debilitando a empresa privada nacional, de cujo fortalecimento, afinal, dependem a estabilidade do operário e a solução maior de nossos problemas coletivos.

Coerente com essa linha de pensamento, o Governo pode hoje conceder — e o faz sem buscar dividendos popularescos — mas tão-somente, no exercício de um dever, novos níveis de salário mínimo a todos os trabalhadores, em bases realísticas, consentâneas com o aumento do custo de vida e as possibilidades gerais do empresariado brasileiro, engajados todos, trabalhador, empresário e Governo, na expansão de projetos de efeito multiplicador.

Além disso, começamos a diminuir, a pouco a pouco, o número de zonas diferenciadas de valor salarial, de forma a alcançarmos, quando possível, a uniformização nacional, para que o salário não seja um elemento a mais de sedução dos grandes centros.

Atentos aos imperativos do desenvolvimento, daremos ao empresariado nacional a estabilidade e a segurança para a ampliação de seus empreendimentos, mas estaremos vigilantes para reprimir tudo quanto possa significar aumento arbitrário de lucros e abuso do poder econômico.

Atento aos ditames da justiça social, renovo a todos os brasileiros que meu governo, em lugar de tomar medidas pressurosas, lenitivas e acessórias, prossegue realizando estudos de base, para que,

sem comprometer o esforço nacional e sem faltar à nossa vocação democrática, possa em verdade contribuir no sentido da mais justa distribuição da riqueza nacional, que, levada mais longe e mais fundo, torne mais estável e mais gerador o processo de nosso desenvolvimento.

Atentos aos ditames da justiça social, ressaltamos a valorização do trabalho, pela ampliação de oportunidades de especialização e aperfeiçoamento, pela vigilante fiscalização de suas condições de realização, pelo planejamento regional e racional das necessidades de mão-de-obra, pela proteção contra o desemprego e pela melhoria da legislação de estabilidade e fundo de garantia, de tal forma a impedir uma perigosa tendência para a excessiva rotatividade de trabalho.

Atento à estrutura e ao funcionamento orgânico da justiça social, estou enviando ao Congresso projeto de lei que simplifica o sistema processual e abrevia o julgamento das reclamações trabalhistas. Nele se estabelece um procedimento sumaríssimo para os dissídios individuais de valor igual ou inferior a dois salários mínimos, cujas decisões são irrecorríveis, salvo se houver matéria constitucional.

Adotam-se os modernos princípios do perito único designado pelo juiz, da redução de prazo de recurso, da eliminação da segunda praça nas execuções e da remição pelo executado só quando este oferecer preço igual ao valor da condenação.

O projeto também extingue a figura das homologações dos recibos de quitação ou pedidos de demissão, em face da experiência colhida, pois só numa Junta de Conciliação e Julgamento, num total de 10.000 processos anuais, cerca de 6.100 eram de homologações. A perda de tempo e de atividade

judicial demonstraram a necessidade de eliminar essas providências que não se justificavam mais. Para o empregado estável, no entanto, restaurou-se a vigência do artigo 500 da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de lhe assegurar inequívoca proteção.

O projeto, finalmente, altera o sistema de assistência gratuita, regulado pela Lei n.º 1.060, e o fez atribuindo ao sindicato a importante missão de colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social. Assim, cabe-lhe prestar assistência judiciária ao trabalhador, tanto mais que o patrimônio das associações sindicais é constituído principalmente pela contribuição originária de toda categoria e não apenas dos associados.

Atentos aos ditames da justiça social e dado já o passo primeiro da unificação dos Institutos, estamos empenhados na reformulação da previdência, para que se faça mais rápida, mais simples, mais prestante.

O mesmo pensamos e queremos fazer no campo da aquisição da casa própria, pois, tentando emendar os erros da correção monetária, já nos convencemos de que a equivalência salarial ainda não cumpriu em plenitude as finalidades a que veio.

No decurso deste ano começaremos a reforma do ensino médio, fazendo-o voltar-se mais para o trabalho e dobraremos o número de bolsas de estudo concedidas a filhos de trabalhadores, contribuindo também para que a Universidade se democratize ainda mais.

É nosso propósito renovar e incentivar a vida sindical, desenvolvendo ao máximo a associação entre o sindicato e a previdência, por meio de convênios descentralizadores. Mas não vemos apenas

o sindicato servindo como ambulatório, consultório e laboratório, senão também buscamos o sindicato escola, o sindicato centro cívico, cultural, recreativo e desportivo, assim como o sindicato cooperativa de consumo, a que possamos dar facilidades para a aquisição do alimento, da roupa, do remédio e do instrumento de trabalho. Queremos o sindicato integralmente ativo, expressão de defesa do trabalhador, o sindicato assistencial, financiador e fiscalizador do exercício dos direitos e dos deveres dos sindicalizados.

O Fundo Social Rural, inicialmente limitado a certas áreas, já beneficia quinze milhões de trabalhadores do campo. Esperamos estendê-lo, em caráter definitivo, a todos os campos. Trata-se de sistema de ação comunitária e democrática, expressivo exemplo do esforço associado da União, de empregados e de empregadores.

Atentos aos ditames da justiça social, buscamos o máximo aproveitamento de nosso potencial humano, de tal forma que, a pleno emprego e a produtividade plena, possamos atender melhor aos imperativos do desenvolvimento nacional.

Atentos à justiça social, empenharemos o maior número possível de laboratórios dos órgãos estatais e da empresa privada, na produção de alguns medicamentos essenciais, com que se possa atender às doenças mais encontradiças, ao preço da bolsa de qualquer um, e sem que isso venha afetar a estabilidade da indústria farmacêutica nacional.

Atentos ao desenvolvimento e à justiça social, daremos tudo de nós para dignificar e harmonizar o trabalho, sempre estimulando o seu sentido espiritual e criador, sempre combatendo, de forma equidistante, o egoísmo e a revolta, pois é, na

harmonia da comunidade do trabalho e na mão generosa do operário, que imita um pouco e sempre a Deus, que se unem as vontades, que se soldam os corações e que nos fazemos irmãos, para construirmos a sociedade próspera e democrática do sonho de todos nós.

(Mensagem transmitida do PALÁCIO DAS LARANJEIRAS, por uma rede nacional de rádio e televisão, no dia 1º de maio de 1970).